

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 488.108 - SP (2019/0001726-5)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : MAIRA MACHADO FROTA PINHEIRO
ADVOGADO : MAIRA MACHADO FROTA PINHEIRO - SP403756
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ROGERIO DIMAS HILARIO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em favor de **ROGERIO DIMAS HILARIO** contra decisão proferida pelo Relator Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no HC 2271835-06.2018.8.26.0000.

Extraí-se dos autos que o paciente teve a prisão em flagrante convertida em preventiva em 22/5/2017, pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 121, § 2º, inc. VI, c.c. o § 2º-A, inc. I, e 14, inc. II, do Código Penal, e arts. 147, caput, 329, caput, e 331, todos do Código Penal.

Em 14/7/2017, com a ratificação do recebimento da denúncia, o Juízo de origem determinou a instauração de incidente de insanidade mental, suspendeu o processo até o julgamento final do incidente e substituiu a prisão preventiva por medida cautelar de internação provisória em Hospital de custódia e tratamento, ao fundamento de periculosidade do acusado.

Neste *writ*, requer o afastamento da Súmula 691/STF. Aduz ausência de requisitos caracterizadores da internação provisória. Sustenta, ainda, excesso de prazo para a conclusão do incidente de insanidade mental.

Requer a concessão da ordem, inclusive liminarmente para que o paciente seja colocado em liberdade.

A liminar foi indeferida (e-STJ, fl. 452).

Prestadas as informações (e-STJ, fls. 456-503 e 515/609), o Ministério Público Federal opina pelo não conhecimento do *writ* (e-STJ, fls. 506-510).

É o relatório.

Decido.

Da análise dos autos, verifica-se que foi julgado o mérito do *habeas corpus* originário.

Nesse contexto, ressalte-se que a superveniência do julgamento do *writ* pela instância *a quo* prejudica o presente *habeas corpus*, visto que foi proferida nova decisão, substituindo o *decisum* aqui atacado.

A propósito, confira-se o seguinte precedente:

"AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU PEDIDO LIMINAR NA ORIGEM. ATO INFRACIONAL. AUSÊNCIA DE PREVISÃO DAS ATIVIDADES EXTERNAS A SEREM DESEMPENHADAS PELO MENOR DURANTE O CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA. ILEGALIDADE MANIFESTA NÃO DEMONSTRADA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 691/STF. SUPERVENIÊNCIA DO JULGAMENTO DO MÉRITO DO WRIT ORIGINÁRIO.

Superior Tribunal de Justiça

1. Conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e desta Corte, a superveniência de acórdão que aprecia o mérito do *writ* originário, impetrado no Tribunal a quo, torna prejudicada a análise do *habeas corpus*, impetrado na instância superior, que ataca a decisão indeferitória da liminar naquela primitiva impetração.

2. *Agravo regimental prejudicado.*"

(AgRg no HC 316.460/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, julgado em 21/5/2015, DJe 1/6/2015.)

Diante do exposto, com fulcro no art. 34, XI, do RISTJ, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 09 de outubro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator

